

Simple Nacional Ceará – Autorregularização dos Eventos 379 e 380

Facilitadores:

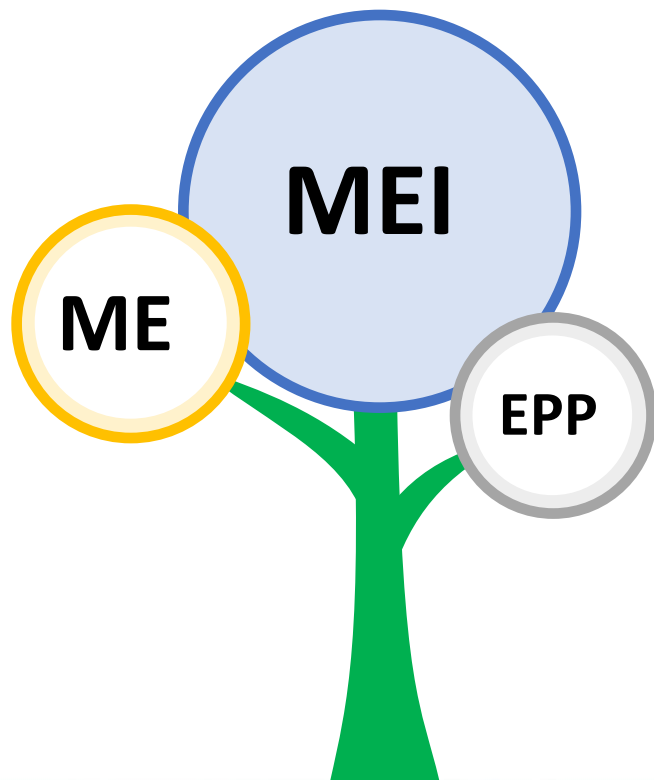
- **Tales Freitas**
- **Nonato Oliveira**
- **Victor Aranibar**

Sumário da Apresentação

■ Eventos 379 e 380

- **Introdução: Universo do SN e Legislação Aplicável**
- **Premissas e Objetivos – Monitoramento SN**
- **Breve Histórico dos Eventos: Linha do Tempo**
- **Apuração dos Eventos 379 e 380 e Paineis de Pendências**
- **Jornada da Autorregularização**
- **Resultados do Monitoramento – Eventos 379 e 380**
- **Custo da Sonegação**
- **Autorregularização vale a pena?**
- **Comunicado SEFAZ 08/05 e Cartilha da Autorregularização**
- **Ofício CRC**

Contribuintes ativos do SN – Universo de Atuação



Total: 409.338

 **Microempreendedor individual**
307.146

 **Microempresa**
83.503

 **Empresa de Pequeno Porte**
16.689

Correspondem a aprox. 90% do total de contribuintes da SEFAZ

Legislação Aplicável



- Lei Complementar nº 123/2006
- Resolução CGSN nº 140/2018
- Leis e Decretos ICMS/CE
- Instruções Normativas nº 79/2019/ nº 63/2021 /nº 64/2022 (*) / nº 24/2023
- Instrução Normativa nº 84/2020
- Instrução Normativa nº 13/2008

Premissas



Controle e acompanhamento eletrônico, automatizado, sistemático, de forma massiva das empresas optantes do Simples Nacional.



Combate à sonegação e à concorrência desleal.



Legalidade, transparência e cooperação contínua com contribuintes, contabilistas e sociedade de modo geral.

Objetivos



Oportunizar a autorregularização e a conformidade fiscal das empresas do Simples Nacional.



Promover um ambiente de competitividade com maior isonomia entre os contribuintes.



Favorecer o alcance da justiça fiscal.

Linha do Tempo da Autorregularização do SN

2019

Publicada a
Instrução
Normativa nº
79/2019

2021

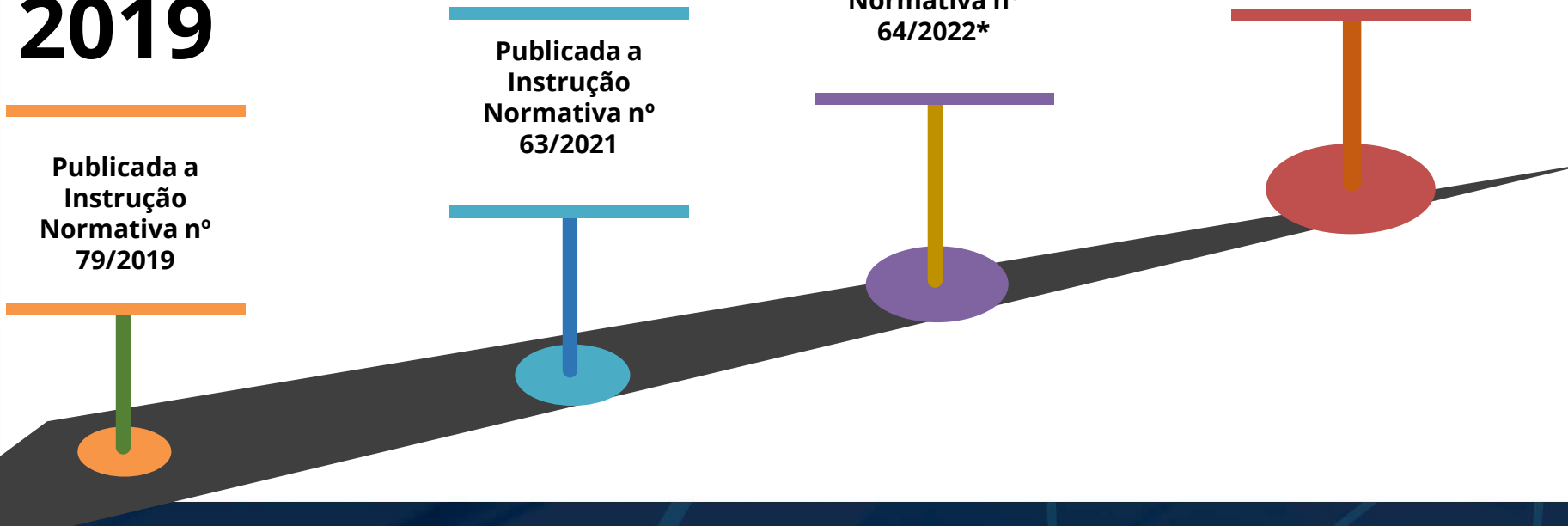
Publicada a
Instrução
Normativa nº
63/2021

2022

Publicada a
Instrução
Normativa nº
64/2022*

2023

Publicada a
Instrução
Normativa nº
24/2023



Conceitos – Hipótese de Exclusão de Ofício e de Omissão de Receita

Evento 379: Despesas superam os ingressos de recursos acima de 20%

Evento 380: Aquisições de mercadorias (comercialização/industrialização) superior a 80% dos ingressos de recursos



Evento 378: Falta de escrituração do livro-caixa ou não identificação da movimentação financeira

**excluído o ano
de início da
atividade**

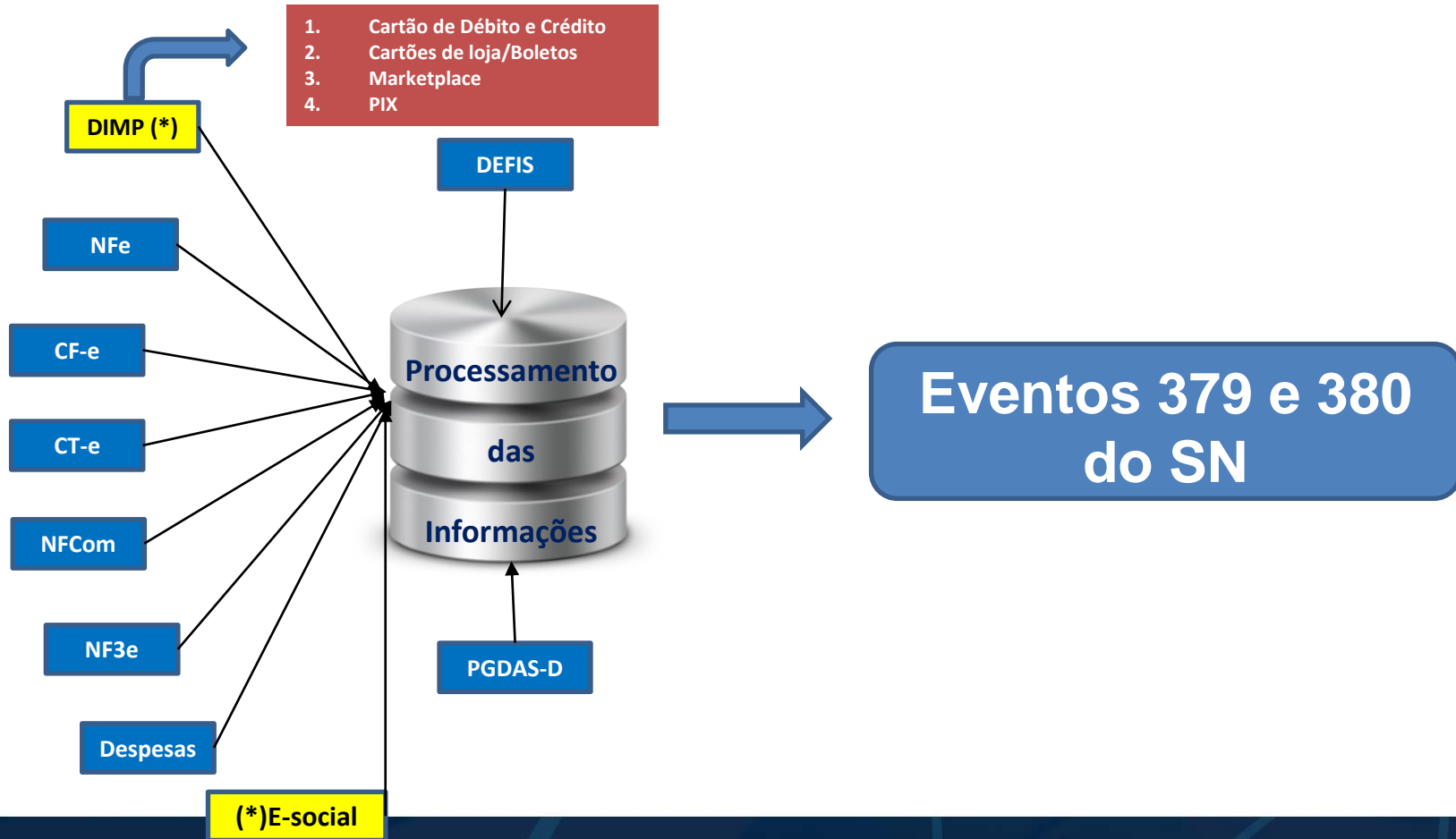


DATA DE INICIO DE ATIVIDADE

=

**DATA DE ABERTURA DO CNPJ
(RES. CGSN nº140/2018 Art. 2º, V)**

Apuração dos Eventos – Fontes de Dados



Novo Painel de Pendências – Ambiente Seguro SEFAZ



Instrução Normativa nº 24/2023

Resumo Evento 379 e 380 Simples Nacional

CNPJ	Razão Social	Regime	Município	Ano	379	380	Rec Liq Ven(RLV)	CMV	DRM
		MICROE..		2022	N	S	R\$ 1.323.879,79	R\$ 1.000.970,53	R\$ 227.870,90

Detalhamento dos Cálculos

% 379	% 380	RLV Mínimo	Ajuste RLV
Nulo	119,50%	R\$ 1.977.484,97	R\$ 653.605,18

Rec Liq Ven(RLV)	CMV(-)	Despesa(-)	= DR
R\$ 1.323.879,79	R\$ 1.000.970,53	R\$ 95.038,36	

Vlr Ativo Nf	Vlr Consumo Nf
R\$ 0,00	R\$ 0,00

CM(+)	Estoque Final(-)	Estoque Inicial(+)	= CMV
R\$ 1.581.987,98	R\$ 1.653.344,80	R\$ 1.072.327,35	

Compras(+)	Dev Compras(-)	Compra Comun(+)	Compra Ativo(-)	Compra Uso Cons(-)	= CM
R\$ 1.581.987,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	

Ano
2022

Venda Imobilizado(+)	Venda(+)	Ingresso Recursos(+)	= RLV
R\$ 0,00	R\$ 1.323.879,79	R\$ 0,00	

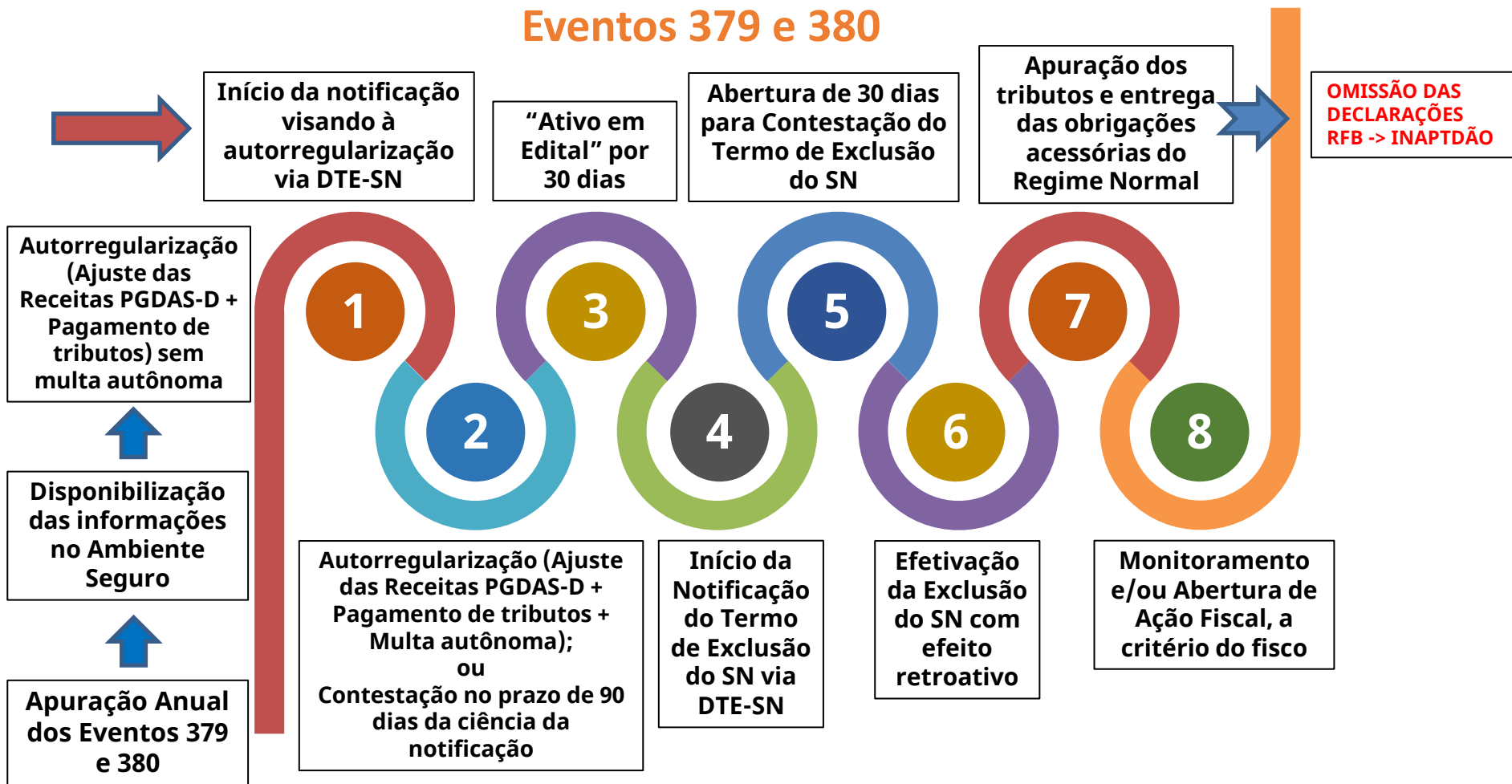
CNPJ

Desp Comunic(+)	Desp Energia(+)	Desp Pessoal(+)	Desp Uso Cons(+)	Desp DEFIS(+)	Imp Fed e Muni(+)	Trib Estadual(+)	Desp Frete(+)	Desp Serviço(+)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.550,57	R\$ 21.487,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor Recurso	Compra Líquida	Rec Liq Notificação	Diferença Venda	Saldo Multa	CNAE	Data Notificação	Termo Exclusão
R\$ 0,00	R\$ 1.581.987,98	R\$ 1.323.879,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	4771704	17/08/2023	Nulo

JORNADA DA AUTORREGULARIZAÇÃO SIMPLES NACIONAL

Eventos 379 e 380



Resultados Eventos 379 e 380



REGULARIZAÇÃO DA RECEITA

Ano	Receita Regularizada	% Regularizada	Receita a Ajustar	% a Ajustar	Total Receita Geral
✓ 2018	R\$ 1.772.516.047,67	90%	R\$ 195.730.927,77	10%	R\$ 1.968.246.975,44
2019	R\$ 883.529.687,50	61%	R\$ 572.876.798,86	39%	R\$ 1.456.406.486,36
2020	R\$ 699.773.603,57	48%	R\$ 749.256.277,70	52%	R\$ 1.449.029.881,27
2021	R\$ 524.205.317,66	29%	R\$ 1.309.430.874,43	71%	R\$ 1.833.636.192,09
2022	R\$ 675.079.124,84	31%	R\$ 1.532.382.994,55	69%	R\$ 2.207.462.119,39
2023	R\$ 67.140.744,79	3%	R\$ 2.143.795.888,94	97%	R\$ 2.210.936.633,73
Total	R\$ 4.622.244.526,03	42%	R\$ 6.503.473.762,23	58%	R\$ 11.125.718.288,26

Total de Possível Omissão de Faturamento (2019 a 2023): R\$ 6,3 Bilhões

Resultados Eventos 379 e 380

Total de Possível Omissão de Receita (2019 a 2023): R\$ 6,3 Bilhões

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

(Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

(Vigência: 01/01/2018)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Comércio

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ICMS
1ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5ª Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6ª Faixa	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	-

Para a primeira faixa (4%), caso comprovada a omissão, haveria uma sonegação em torno de R\$ 262 milhões em tributos federais e estaduais

Custo da Sonegação – Quem sofre é a sociedade

Para a primeira faixa (4%), caso comprovada a omissão, haveria uma sonegação em torno de R\$ 262 milhões em tributos federais e estaduais, com esse dinheiro daria para:



2 Hospitais
Regionais do Cariri

OU



6,6 mil salários anuais de
Enfermeiros(as) (Piso)

OU



4,4 mil salários anuais de
Prof. Ensino Fundamental
(Piso)

OU



160 areninhas

Autorregularização vale a pena???



Autorregularização

✓ **Ajuste
da receita no
PGDAS +
pagamento do
imposto e multa**

Autorregularização - Ex. contribuinte faixa I - Anexo I Comércio		
Diferença	alíquota ICMS (PGDAS)	com imposto
R\$ 100.000,00	1,36%	R\$ 1.360,00
(+) multa 30% com desc. 95% - base é a omissão de receita		R\$ 1.500,00
Total		R\$ 2.860,00

Autorregularização vale a pena???



Ação Fiscal

Ação Fiscal - Omissão de Receita com falta de emissão de documento fiscal
(art. 146 da Lei ICMS nº 18.665/2023 c/c LC nº 123/06 art. 13 § 1º XIII f))

Base de Cálculo	alíquota	com imposto
R\$ 100.000,00	20,00%	R\$ 20.000,00
(+) multa 30% com desc. 79% - base é a omissão de receita		R\$ 6.300,00
Total		R\$ 26.300,00
Paga 9,2 x mais que na autorregularização		

- + Edital
- + Exclusão do SN com efeitos retroativos de 3 anos
- + Apuração retroativa de todos os tributos
- + Inaptidão pela RFB



Ação Fiscal - Omissão de Receita com falta de emissão de documento fiscal
(art. 146 da Lei ICMS nº 18.665/2023 c/c LC nº 123/06 art. 13 § 1º XIII f))

Base de Cálculo	alíquota	com imposto
R\$ 100.000,00	20,00%	R\$ 20.000,00
(+) multa 1x valor do imposto com desc. 79% - base é a omissão de receita		R\$ 4.200,00
Total		R\$ 24.200,00
Paga 8,5 x mais que na autorregularização		

Comunicado – SEFAZ/CE

COMUNICADOS

Sefaz-CE alerta sobre a autorregularização dos Eventos 379 e 380 para os contribuintes do Simples Nacional

10 DE ABRIL DE 2024 - 14:53



Em quase 30 dias, menos de 15% dos contribuintes regularizaram!!!!



A Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz-CE) informa aos contribuintes optantes do Simples Nacional sobre o prazo para a autorregularização dos Eventos 379 (despesas) e 380 (aquisições). Os contribuintes que não concluírem a autorregularização até **8 de maio** serão colocados na situação cadastral "Ativo em Edital".

Mais de 6,9 mil empresas poderão ser impactadas com a medida, exceto aquelas com recurso ainda não analisado, mas apresentado dentro do prazo legal.

Caso permaneça a irregularidade após 30 dias, a partir de 8 de maio, serão adotados os procedimentos de exclusão do regime, nos termos da Lei Complementar 123/2006, da Resolução CGSN 140/2018 e das Instruções Normativas 63/2021, 24/2023 e 13/2008.

O contribuinte pode evitar as sanções, regularizando a sua situação o quanto antes, mediante a declaração das receitas omitidas no PGDAS-D e recolhimento da multa autônoma, conforme o caso.

Para mais informações sobre os procedimentos de autorregularização, [clique aqui](#)



Cartilha da Autorregularização – Eventos 379 e 380



AUTORREGULARIZAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL - EVENTOS 379 E 380

SUMÁRIO

1. O QUE SÃO OS EVENTOS 379 E 380?	2
2. COMO SABER SE A MINHA EMPRESA CAIU NOS EVENTOS 379 E 380?	3
3. MINHA EMPRESA FOI NOTIFICADA PELA SEFAZ. O QUE FAZER?	3
4. COMO POSSO REALIZAR A AUTORREGULARIZAÇÃO DA MINHA EMPRESA?	3
4.1 DECLARAR A RECEITA OMITIDA NO PGDAS-D	3
4.2 RECOLHER A MULTA AUTÔNOMA	5
4.2.1 APLICAÇÃO DA MULTA AUTÔNOMA E DESCONTO	6
4.2.2 DISPENSA DA MULTA AUTÔNOMA	7
5. NÃO CONCORDO COM A NOTIFICAÇÃO, COMO POSSO CONTESTAR?	7
6. PRECISO COMUNICAR AO FISCO A MINHA AUTORREGULARIZAÇÃO?	8
7. NÃO REALIZEI A REGULARIZAÇÃO NO PRAZO DE 90 DIAS, O QUE ACONTECE?	8
8. MINHA EMPRESA FOI COLOCADA NA SITUAÇÃO CADASTRAL "ATIVO EM EDITAL", AINDA POSSO REGULARIZAR?	8
9. APÓS O PRAZO DE 30 DIAS NA SITUAÇÃO CADASTRAL "ATIVO EM EDITAL", O QUE ACONTECE CASO NÃO REGULARIZE?	8
10. RECEBI O TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL PELA NÃO REGULARIZAÇÃO DOS EVENTOS 379 E 380. O QUE AINDA POSSO FAZER?	9
11. MINHA EMPRESA FOI EXCLUÍDA DO SIMPLES NACIONAL POR NÃO TER REGULARIZADO OS EVENTOS 379 E 380. E AGORA?	9
ANEXO. JORNADA DE AUTORREGULARIZAÇÃO DOS EVENTOS 379 E 380	10

Ofício Resposta – CRC-CE



Ofício nº 206/2024 - GABIN

Fortaleza, 06 de maio de 2024

Exmo. Sr.

Fellipe Matos Guerra

Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará

Nesta/

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 0230/2024 encaminhado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRC-CE) e considerando a solicitação de prorrogação do prazo para autorregularização das empresas do Simples Nacional, manifestamo-nos favoravelmente ao pleito da referida entidade, ficando adiado para o dia 30 de junho de 2024, de forma IMPRORROGÁVEL, o prazo para que a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz-CE) relacione as empresas, que não se regularizem até esta data referente ao exercício de 2019, na situação cadastral "Ativo em Edital".

Obrigado!

